



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico

Parecer n.º 282/COGSI/SEAE/MF

Brasília, 16 de julho de 2001.

Referência: Ofício n.º 1914/01/GAB/SDE/MJ, de 03 de maio de 2001.

Assunto: ATO DE CONCENTRAÇÃO
n.º 08012.002815/2001-95.

Requerentes: Reduc Investimentos Ltda.;
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras; e
Termorio S.A.

Operação: aquisição pela Petrobras das
ações da Termorio detidas pela Reduc .

Recomendação: aprovação sem
restrições.

Versão: Pública.

A Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, solicita à SEAE, nos termos do art. 54 da Lei n.º 8.884/94, parecer técnico referente ao ato de concentração envolvendo as empresas Reduc Investimentos Ltda.; Petróleo Brasileiro S.A.; e Termorio S.A., apresentado àquela Secretaria em 30.04.2001.

1. Das Requerentes

1.1 - Reduc Investimentos Ltda. (“Reduc”)

2. A Reduc, empresa ligada ao grupo argentino Sideco, é uma sociedade de participações (holding) no setor elétrico, sem atividades operacionais, não tendo faturamento nem distribuição de lucros e dividendos até a presente data. O grupo Sideco, atuante no setor de infra-estrutura e de prestação de serviços públicos, participa de concorrências nos processos

de privatização nas áreas de concessão de estradas, energia, águas e saneamento. Apresentou um faturamento mundial de R\$ 2.925 milhões em 2000.

1.2 – Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)

3. A Petrobras, CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01, sediada no Rio de Janeiro, atua na exploração e produção de petróleo e gás natural e no refino do petróleo. Faz parte do grupo brasileiro Petrobras, atuante na exploração e produção de petróleo e gás natural, no refino do petróleo e produção de derivados, na indústria petroquímica, no comércio atacadista e varejista de combustíveis, no transporte de derivados e em serviços essenciais de infraestrutura (eletricidade e gás). O faturamento mundial do grupo, em 2000, foi de aproximadamente R\$ 64,26 bilhões.

1.3 – Termorio S.A. (“Termorio”)

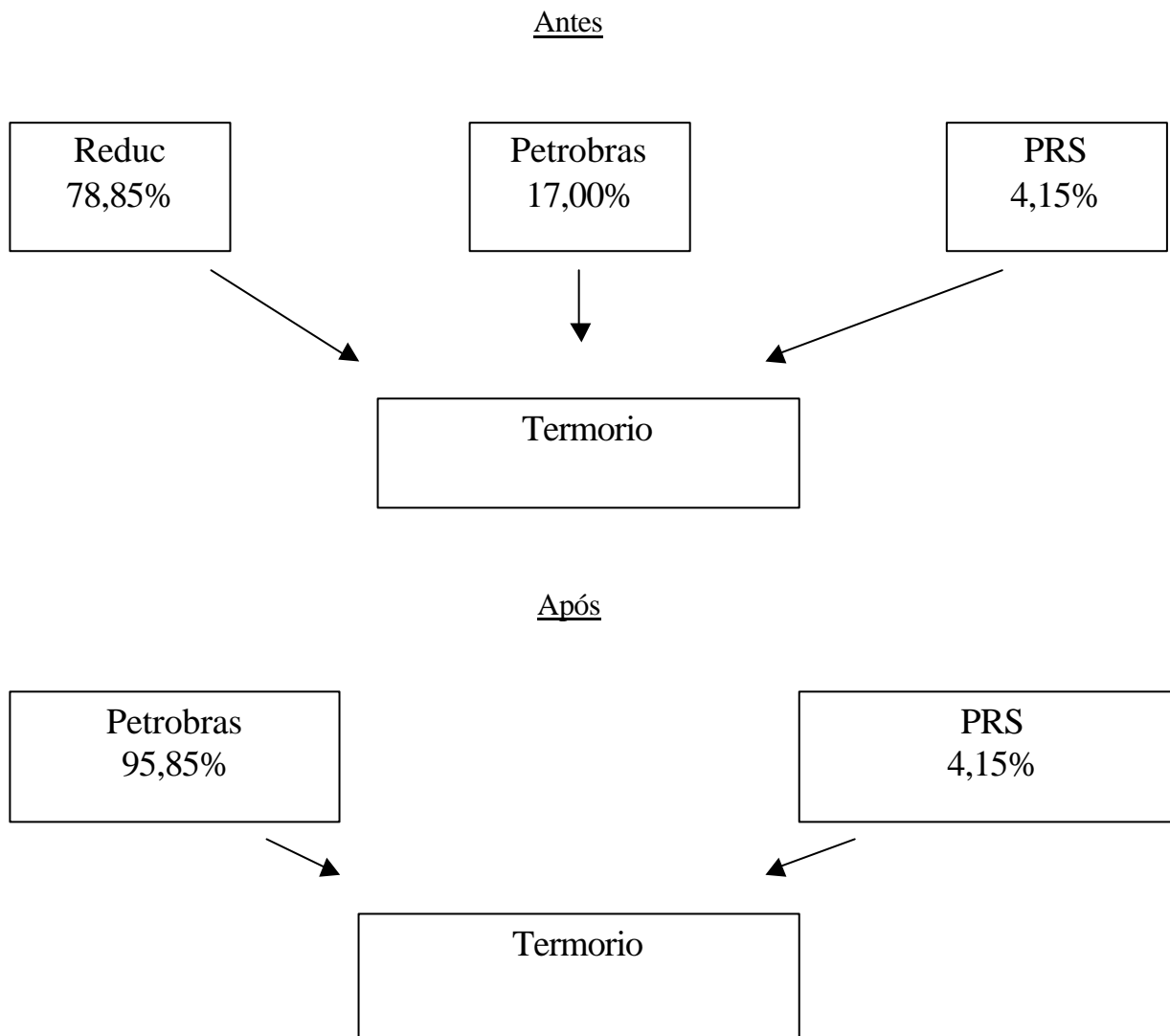
4. Sociedade anônima fechada cujo objeto social compreende a construção e operação de uma usina de co-geração de energia elétrica e vapor a partir de água e gás. Empresa pré-operacional, com previsão de início de suas atividades em 2002. Tal empresa faz parte do Programa Prioritário de Termelétricas¹, instituído pelo Decreto nº 3.371 do Ministério de Minas e Energia, de 24 de fevereiro de 2000, sendo a estrutura de seu capital dividido entre as empresas Petrobras, Reduc e PRS.

2. Da Operação

5. Em 06 de abril de 2001, as requerentes assinaram contrato pelo qual a Reduc vende à Petrobras a totalidade de sua participação acionária no capital social da Termorio. Tal contrato, condicionado à verificação de determinados eventos que constituem condições suspensivas, dentre eles a sua submissão à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa

¹ A Portaria MME nº 551, de 06 de dezembro de 2000, define que as usinas de co-geração que entrem em operação até 31 de dezembro de 2003, serão integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade 2000-2003.

Econômica – CADE, foi realizado pelo valor de US\$ 11.800.000,00 ou R\$ 25.394.780,00². O esquema abaixo apresenta a estrutura do capital social da empresa antes e após a operação.



6. Trata-se de operação restrita ao território brasileiro. A apresentação desse processo ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência deve-se ao fato de envolver grupos de empresas cujo faturamento conjunto é superior a 400 milhões de reais.

² Conversão realizada pela taxa interbancária de 06.04.2001, conforme <http://www.gazetamercantil.com.br>

3. Considerações sobre a natureza da operação

3.1. Da geração de energia elétrica no Brasil

7. Atualmente, o sistema eletroenergético no Brasil é um sistema híbrido, contando com a participação do setor público e do capital privado. O processo de privatização do setor elétrico é um fato recente, coerente com a percepção por parte do governo federal da necessidade de mudança na forma como é gerenciado esse setor. Partindo de um regime predominantemente estatal, com unidades geradoras interligadas em sistema, cujo objetivo é a provisão de infra-estrutura básica para a rotina da sociedade brasileira, têm sido realizados esforços para compatibilizar o setor com uma nova concepção de gerenciamento, um regime privado, orientado pela busca por oportunidades de negócio, observado o caráter estratégico da atividade para a sociedade brasileira. Essa nova concepção da atividade visualiza a liberdade de transações entre os diversos agentes do mercado, geradores, transmissores, distribuidores, comerciantes de energia e consumidores, orientados pela maximização de seus objetivos (lucro ou utilidade), dados os limites de recursos físicos, logísticos e financeiros existentes. Nessa concepção, ao comerciante caberia agir como um agente capacitador do fluxo de transações, reduzindo a ocorrência de possíveis ruídos originados em assimetrias de informações.

8. Em termos físicos, o sistema elétrico nacional depende fortemente da geração hidrelétrica, a despeito da existência de outras fontes de energia, conforme apresentado no quadro abaixo.

Capacidade brasileira instalada de energia em Megawatts.

Hidrelétricas	53.327,6
Térmicas	4.163,5
Nuclear	1.966
Itaipú (50%)	6.300
Total	65.757,1

Fonte: www.ons.org.br

9. O formato atual do sistema elétrico brasileiro reflete a escolha por uma matriz energética predominantemente hidrelétrica. Tal modelo apresenta as seguintes vantagens:

- abundância de recursos naturais (bacias hidrográficas);
- ausência de impactos rotineiros a balança comercial (o combustível da usina não é importado);
- menos poluente que outras fontes de energia;
- mais segura que outras fontes de energia;
- permite estoque de capacidade de geração via constituição de reservas de água nos reservatórios.

10. A opção por tal fonte energética, contudo, implica algumas dificuldades. Em primeiro lugar, as geradoras de energia devem se localizar nas bacias hidrográficas, regiões que não necessariamente coincidem com os espaços geográficos onde estão localizados os grandes centros consumidores de energia, implicando custo de transmissão da mesma. Dada a disposição das diversas bacias no extenso território nacional, o custo de transmissão é potencializado. Em segundo lugar, a construção de uma hidrelétrica, dependendo do porte, caracteriza substancial modificação no ecossistema onde a mesma esteja localizada. Adicionalmente, a utilização dos recursos hídricos para a geração de energia rivalizam com outras opções para seu uso econômico, como a irrigação de áreas agricultáveis³. Por fim, períodos prolongados de seca podem ocasionar a redução do nível de água nos reservatórios, dificultando a capacidade de geração de energia por parte das usinas⁴.

11. A última dificuldade apresentada representa riscos a oferta estável de energia ao longo do tempo. Adicionalmente, a demanda de energia ao longo do dia não é homogênea, ocorrendo picos de consumo em determinados momentos. Esse fenômeno possibilita que o sistema opere ocioso a maior parte do tempo e não tenha capacidade de atender a demanda em poucas horas. Como o sistema opera interligado, a capacidade de oferta deve ser suficiente para atender a demanda em qualquer momento do dia, caso contrário o sistema cai. Assim,

³ Recentemente, o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, objetivando-se garantir fornecimento de água para regiões agricultáveis no Nordeste, tem ocasionado apreensões sobre impactos negativos no estoque de água necessário para a operação da usina hidrelétrica localizada na bacia.

⁴ Problema atualmente experimentado pelo sistema elétrico nacional.

para a adequada operação do sistema, as termelétricas ocupam posição chave, complementando a oferta de energia nos momentos de pico de demanda.

12. Atualmente, em função do déficit na oferta nacional de energia elétrica, as termelétricas constituem importante variável para a resolução do problema no curto prazo. Como o custo fixo do ativo e o tempo da obra são inferiores na construção de uma termelétrica quando comparados com uma hidrelétrica, essa primeira seria o instrumento adequado para situações emergenciais. Nesse sentido, além do objetivo de se diversificar a matriz energética nacional, reduzindo o risco de dependência de uma única fonte de energia, o governo federal implementou o Plano Prioritário de Termelétricas - PPT, prevendo a construção de 56 unidades de geração de energia a partir do gás natural, com capacidade de produzir cerca de 20 mil MW. O combustível para essas termelétricas, o gás natural, seria ofertado a partir das reservas marítimas operadas pela Petrobras e pelos campos produtores de gás natural localizados na Bolívia e na Argentina⁵.

13. Dentre os instrumentos governamentais compreendidos no PPT está o comprometimento da Petrobras do fornecimento de gás natural a todas as termelétricas previstas no programa por um período de 20 anos. Tal medida, além de buscar garantir um fornecimento estável de combustível por um período de tempo razoável, reduzindo parte da incerteza envolvida no investimento, dificulta a prática de condutas anti-competitivas como o “foreclosure”⁶.

14. O papel da Petrobras no PPT é de destacada importância. Por um lado, via participações acionárias, em geral minoritárias, a companhia viabiliza a execução de vários projetos de termelétricas, por outro, reduz o risco cambial da atividade, absorvendo as variações cambiais do produto, cotado em dólar, ao longo do ano, possibilitando que as termelétricas atendam às distribuidoras conforme as disposições de reajustes anuais de preços

⁵ Assim como no caso das bacias hidrográficas, os centros produtores estão distantes dos centros consumidores, tornando necessária a construção de infra-estrutura de transporte de gás natural. A construção dos gasodutos conectando o Brasil e à Bolívia, Gasoduto Bolívia-Brasil, e o Brasil à Argentina, pela Transportadora Sulbrasileira de Gás, são exemplos de respostas a essa necessidade.

⁶ Prática realizada por firma integrada verticalmente, em que essa impede o fornecimento de matéria-prima para seu concorrente em determinado mercado.

administrados. Esse mecanismo de estabilização dos preços do gás natural ao longo do ano está exposto na Portaria MF/MME nº 176, de 1º de junho de 2001.

15. Considerando-se os grandes investimentos realizados na construção de infra-estrutura de transporte e distribuição de gás natural e na construção de termelétricas, além da realização de contratos de longo prazo de fornecimento de gás natural na modalidade “take or pay”⁷ e das expectativas de aumento da produção nacional de gás natural, espera-se um incremento da participação desse produto na matriz energética nacional. Preparando-se para esse cenário, tradicionais empresas petrolíferas como a Petrobras têm se esforçado para integrar em seu rol de atividades, os negócios relacionados à provisão de energia elétrica, a partir do gás natural, transformando-se em auto-denominadas “empresas de energia”⁸.

3.2. Implicações da operação

16. A presente operação envolve um ativo gerador de energia elétrica que está em fase pré-operacional. Segundo informações das requerentes, a empresa começará a operar a partir de 2002, não ocorrendo concentração de mercado decorrente de concentração de capacidade instalada. Na verdade, as empresas constituíram uma sociedade para investir em ampliação da capacidade instalada de geração de energia atualmente existente.

⁷ Volume previamente contratado de gás independente de sua utilização.

⁸ As perspectivas da Petrobras com relação ao futuro do mercado de gás natural e energia elétrica orientam seu Plano Estratégico 2001 - 2005, presente no site www.petrobras.com.br.

4. Recomendação

17. A presente operação de aquisição dos ativos da Termorio referentes a Reduc pela Petrobras representa uma reorganização societária, não envolvendo concentração de mercado que represente riscos à concorrência no mercado de geração de energia, podendo ser aprovada na forma em que foi apresentada.

À consideração superior.

MAURICIO ESTELLITA LINS COSTA
Coordenador-Geral de Serviços Públicos e Infra-Estrutura, Substituto

De acordo.

CLÁUDIO MONTEIRO CONSIDERA
Secretário de Acompanhamento Econômico